



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da Fundação Renal Portuguesa, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 7 453 778€ e um total de Fundos Patrimoniais de 6 026 625€, incluindo um resultado líquido positivo de 1 068 404€), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações de Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedi foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha.

RESERVA

7. Em virtude do diferendo existente entre a Fundação e os anteriores responsáveis pela elaboração da contabilidade da entidade, a organização e os registos contabilísticos sofreram consideráveis atrasos. Durante os anos de 2014 e 2015, a Fundação procedeu ao encerramento dos períodos contabilísticos de 2012, 2013 e 2014 com evidentes limitações. Conforme já mencionado na certificação legal de contas de 2012 e 2013, estas limitações não me permitiram validar os saldos de abertura e provocou a existência de saldos incorretos nos períodos em análise, nomeadamente nas rubrica de outras contas a pagar e a receber.

OPINIÃO

8. Em minha opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Fundação Renal Portuguesa, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASE

10. Sem afetar as opiniões expressas nos parágrafos anteriores, chamo a atenção para a seguinte situação: Conforme mencionado nas notas número 7 e 16 das notas anexas ao balanço e demonstração de resultados, em 2011, 2012, 2013 e 2014 a entidade registou em renditos um montante acumulado de 5,3 milhões de euros, que resultam da expectativa da Fundação em ser compensada pelo período em que não foi cumprida a determinação de atribuir 82% dos doentes insuficientes renais crónicos do distrito de Portalegre, conforme o parecer da Entidade Reguladora da Saúde corroborado pelo parecer do Secretário de Estado da Saúde, à Fundação Renal Portuguesa. Em 2014, o valor da prestação de serviços de tratamento de insuficientes renais crónicos, efetivamente realizados foi de 1.7 milhões de euros (1.6 milhões em 2013).

Portalegre, 10 de dezembro de 2015

O Revisor Oficial de Contas

Pedro Miguel Januário Costa
Revisor Oficial de Contas n.º 1622